



Opinião Econômica

Lorena Hakak

Doutora em economia e professora da FGV. Atua como presidente da GeFam (Sociedade de Economia da Família e do Gênero)

banrisul

Censo travado e políticas comprometidas

Divulgação dos microdados do Censo estava prevista para novembro de 2025, mas não ocorreu

Nos dias 19 e 20 de março, participei como uma das palestrantes convidadas do 1º Simpósio do Grupo de Estudos em População e Desenvolvimento Aurélio Castiglioni no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). A professora homenageada, Aurélio, estava presente e foi bonito ver o carinho e a admiração de alunos e colegas. Esse reconhecimento é especialmente significativo em um ambiente em que todos sabemos das dificuldades da vida acadêmica.

No dia 20, participei da sessão “Dinâmicas de família, gênero e vulnerabilidades”, com a professora Érika Leal, para debater trabalhos apresentados por estudantes do Ifes. Os trabalhos abordavam temas diversos e interessantes, mas tinham em comum o entrave de não poderem ser plenamente desenvolvidos, pois de-

pendiam dos microdados do Censo 2022. E não são apenas eles que aguardam esses dados - pesquisadores, alunos, professores e gestores também.

O Censo deveria ter sido realizado em 2020, mas não ocorreu devido à pandemia de Covid-19. Assim, o último Censo disponível na íntegra é o de 2010. Já se passaram 16 anos, e o Brasil mudou muito nesse período. O atraso na divulgação dos microdados do Censo 2022 evidencia desinteresse em liberar os dados para pesquisa.

Estamos em 2026, e o IBGE já deveria estar voltado à organização do Censo de 2030, mas ainda mantém em aberto o de 2022. Essa situação gera uma série de problemas. Alocamos recursos públicos para a realização dessas pesquisas, e a não divulgação de

seus resultados pode resultar em desperdício. Além disso, são esses dados que permitem traçar um retrato atualizado do país e subsidiar a formulação de políticas públicas. O Censo é a única pesquisa domiciliar de cobertura nacional com representatividade no nível municipal, beneficiando tanto pequenas quanto grandes cidades.

A divulgação dos microdados do Censo estava prevista para novembro de 2025, mas não ocorreu. Conversei com a demógrafa e membro da comissão consultiva do Censo de 2022, Suzana Cavenaghi, que me informou que a razão apresentada pela comissão de qualidade para a não divulgação foi a preocupação com a possibilidade de identificação de indivíduos em municípios muito pequenos.

No entanto, não foi apresenta-

do nenhum estudo nem proposta concreta para mitigar esse risco. Considere, por exemplo, um município muito pequeno em que haja apenas um médico: como a ocupação é divulgada, seria possível identificá-lo nos dados e, assim, conhecer sua renda. Para evitar esse tipo de identificação, é possível aplicar tratamentos estatísticos específicos aos dados desses municípios. Uma alternativa, portanto, seria divulgar imediatamente os microdados do Censo 2022, com exceção dos municípios muito pequenos, que poderiam ser submetidos a esse tratamento.

Esse tipo de problema, no entanto, não é novo. Como ele foi resolvido nesses casos? Ademais, as diretrizes do Censo de 2022 começaram a ser elaboradas em 2019, e esse tipo de questão deveria ter

sido antecipado, e não enfrentado apenas agora. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foi sancionada em 2018, de modo que essa preocupação também deveria ter sido incorporada desde então.

Minha preocupação vai além do Censo 2022. Outra pesquisa, a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), realizada em 2023/2024, ainda não tem o banco de dados finalizado, segundo Suzana, devido à falta de pessoal.

Essa pesquisa reúne informações sobre demografia, saúde reprodutiva e nutrição infantil, além de perguntas sobre violência contra a mulher. Trata-se de um conjunto de informações recentes e essenciais para retratar essa epidemia que assola o país e subsidiar a formulação de políticas públicas.

O IBGE, apesar de sua importância, parece estar sendo deixado de lado. Deveria, no entanto, ser fortalecido. A instituição merece e o Brasil precisa das suas pesquisas.

Crédito ágil para o seu negócio.

Banrisul Giro Digital

é a linha de crédito ideal para necessidades de caixa, investimentos e melhorias no seu negócio.



Governo do RS vê avanço em reunião com a Funai sobre projeto bilionário da CMPC

/INDÚSTRIA

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

O governo do Rio Grande do Sul saiu com avaliação positiva da reunião realizada nesta quarta-feira com técnicos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), em Brasília, sobre o licenciamento do Projeto Natureza, da CMPC, em Barra do Ribeiro. Segundo o Estado, o encontro serviu para alinhar procedimentos e reforçar a condução técnica do processo, mesmo diante da recomendação do Ministério Público Federal (MPF) pela suspensão do licenciamento.

A avaliação é da secretária estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura, Marjorie Kauffmann, que participou da agenda ao lado de representantes da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), da Procuradoria-Geral do Estado e da Secretaria de Desen-

volvimento Econômico, além de executivos da empresa chilena.

“Nós saímos confiantes. Trabalhamos sempre com base técnica, com transparência e comprometimento dos órgãos em avaliar e minimizar os impactos ambientais”, afirmou. O Projeto prevê a implantação de uma fábrica de celulose kraft e maquinário associado na Fazenda Barba Negra, localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre.

A reunião ocorreu em meio a um momento de indefinição no licenciamento. O MPF recomendou, no início de março, a suspensão do processo até que seja ampliada a consulta às comunidades indígenas potencialmente afetadas pelo empreendimento - procedimento previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

De acordo com a secretária, o encontro com a Funai teve como foco justamente alinhar os próximos passos dentro desse cenário.

“A Funai é uma interveniente no processo de licenciamento. A Fepam solicita a anuência, e ela se manifesta a partir do estudo do componente indígena”, explicou.

O licenciamento já estava em curso quando o MPF sugeriu mudanças na metodologia dos estudos, incluindo a ampliação da área analisada e uma abordagem diferente para o componente indígena. A recomendação também pede que o processo seja suspenso até a conclusão dessas etapas, mas os órgãos envolvidos ainda não se manifestaram formalmente.

Segundo Marjorie, tanto a Fepam quanto a Funai seguem dentro do prazo para responder ao MPF, mantendo a análise técnica em andamento. “Nós seguimos rigorosamente os ritos do licenciamento, da anuência e da análise do componente indígena, dando continuidade ao processo dentro desse período”, disse.

Hoje, o avanço do licenciamento depende diretamente da

manifestação da Funai sobre a metodologia a ser adotada. A Fepam tem até 20 de abril para responder ao MPF, e a fundação federal deve se posicionar até 3 de maio.

“A resposta da Fepam depende do entendimento da Funai em relação à recomendação. Por isso, viemos conversar também nesse sentido”, explicou Marjorie.

O Projeto Natureza é considerado o maior investimento privado da história do Estado, com previsão de R\$ 27 bilhões. A iniciativa inclui um terminal portuário em Rio Grande, um centro de pesquisa em Guaíba e a ampliação da base florestal da empresa no Estado.

No entanto, ao menos oito aldeias indígenas do povo Mbyá Guarani estão na área de influência direta do empreendimento. O MPF defende que essas populações devem ser formalmente consultadas antes de qualquer decisão sobre o projeto e que estudos técnicos não podem substituir esse processo.

Mesmo com o impasse, o governo do Estado mantém discurso de confiança na condução do licenciamento. “Temos segurança de que todos os ritos estão sendo seguidos à risca, garantindo segurança jurídica ao processo. Saímos otimistas de que esse empreendimento venha a se tornar uma realidade num futuro muito próximo”, concluiu Marjorie.

Paralelamente, o projeto também mobiliza apoio do setor produtivo gaúcho. Entidades empresariais, como a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiersgs), passaram a defender publicamente a iniciativa, destacando seu potencial econômico e estratégico para o Estado. Até esta quarta, ao menos 46 sindicatos aderiram ao abaixo-assinado “O RS merece crescer”, organizado neste sentido.

A reportagem procurou a Funai e a CMPC, mas ambas não retornaram com posicionamento até a publicação desta reportagem.